Raça, Cidadania e Ordem Social no Brasil: uma análise dos processos- crime de homicídios na cidade de São Paulo (1880 - 1913)

Angélica Calderari Brotto

Resumo

O objetivo desta pesquisa é realizar uma análise dos processos - crime de homicídios na cidade de São Paulo em fins do século XIX e início do XX, buscando compreender como discussões acerca de raça, controle social e cidadania se deram na prática da jurisprudência brasileira. Para tanto, destacamos a interlocução que estas ideias tiveram com acontecimentos marcantes do período, como o fim da escravidão e o início do Regime Republicano.

Palavras-chave:

Raça, cidadania, crimes.

Introdução

O período que vai de fins do século XIX e início do XX é marcado por um embate entre os adeptos do chamado Direito Clássico (que tomava como princípio, ao julgar um crime, o livre arbítrio do indivíduo) e os simpatizantes do Direito Positivo ou Nova Escola Penal (defensora de que certos indivíduos carregavam a tendência para o crime). De acordo com esta corrente de pensamento, a predisposição para a atitude criminoso podia ser previsível a partir das características físicas do indivíduo, entendidas, principalmente, pelo conceito de raça na época em questão. Esta vertente defendia a relativização das penas, de acordo com as “diferenças” biológicas entre as pessoas, e suas maiores ou menores consciências sobre seus atos criminosos.

No entanto, a bibliografia sobre o tema tem se preocupado mais em analisar esses embates de um ponto de vista teórico, a partir da perspectiva da história do pensamento intelectual. Dessa forma, pouco foi feito no sentido de entender de que maneira essas discussões se refletiram na *prática*, ou seja, em casos concretos de crimes. Assim, esta pesquisa se utilizou dos processos-crime de homicídios ocorridos em São Paulo, de 1880 a 1913, para observar o embate entre essas teorias jurídicas no cotidiano das delegacias e tribunais do país.

Resultados e Discussão

Ao todo foram encontrados 10 processos-crime referentes a homicídio entre os anos de 1880 a 1913, na cidade de São Paulo. Como metodologia, adotamos uma análise tanto quantitativa (com a organização de tabelas sobre os dados dos sujeitos envolvidos nos processos) como qualitativa (a partir da elaboração de um resumo do caso, alegações dos envolvidos no crime e na defesa e sentença obtida).

Um dos principais aspectos identificados nestes processos foi a incorporação na linguagem policial/jurídica de termos surgidos a partir das teorias científicas. Por exemplo, na formação de culpa do réu Donatto Gacovetti o promotor responsável pelo caso usou expressões como: “para dar postos à *sua índole perversa*” e “qual *fera sedenta de sangue*”. Ademais, nota-se que alguns advogados moveram argumentos para provar que o réu encontrava-se “*sem consciência*” ou “*em estado de loucura*” no momento do crime, conseguindo, nas apelações, diminuir a pena inicial.

Comparando as evidências contidas nas fontes com os trabalhos bibliográficos sobre o assunto, compreende-se que esta estratégia dos advogados já demonstra um diálogo com as teorias científicas importadas da Europa, que iriam, em seu auge, utilizar ideias como os *crimes da paixão* e a *(in)consciência do crime*.

Outro aspecto identificado é que a Medicina, como principal representante da ciência na época, toma para si um espaço cada vez maior da esfera policial/jurídica. Por exemplo, no processo de Manoel Severino, os médicos buscaram livrar o réu de uma condenação por assassinato, alegando que a morte da vítima se deu por conta de a mesma não cuidar das agressões que havia sofrido. Nas palavras dos peritos: “não se pode considerar com justiça a morte como consequência dos ferimentos (...) por que, o ofendido deixou para última hora para procurar recursos médicos [...]”. Dessa forma, o caso ilustra o espaço que a medicina passou a ganhar na esfera policial/jurídica, resultado do avanço das teses da Nova Escola Penal de Direito.

Conclusões

Ainda que as teorias científicas não tenham sido incorporadas explicitamente no Código Penal de 1890, na prática muitos dos seus conceitos e ideias centrais estavam se popularizando. Como foi possível notar com esta pesquisa, a linguagem e os argumentos movidos pelos advogados e, muitas vezes, legitimado entre os juízes pareceu dialogar com os novos conceitos. Percebe-se ainda, que a Medicina, principal expoente da ciência na época, ganhava um campo cada vez maior dentro do aparato jurídico.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPQ pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa e a orientação do Professor Dr. Ricardo Figueiredo Pirola.

Bibliografia

- ¹ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas: Saber Jurídico e Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo, SP. Método: IBCCRIM, 2003.
- ²CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 2ª Ed. Bragança Paulista – SP: Editora da Universidade São Francisco, 2001. Coleção Estudos CDAPH. Série Memória.
- ³SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870- 1930*. São Paulo– SP: Companhia das letras, 1993.